

IMPERATRIZ LEOPOLDINA: UMA ANÁLISE DE SUA ATUAÇÃO POLÍTICA

Fernanda da Conceição Felizardo¹
Rafaela França Da Silva²

RESUMO: O presente trabalho pretende estudar a trajetória da Imperatriz Leopoldina do Brasil (1797-1826) através das cartas escritas por ela ao longo de sua curta vida. Buscamos analisar seus posicionamentos políticos e as mudanças pelas quais ela passou desde sua chegada ao Brasil até seu falecimento. Nosso objetivo é ressaltar a importância de suas ações durante o processo que levou o Brasil à emancipação política e a sua transformação em um Império independente.

Palavras-chave: Imperatriz Leopoldina; Cartas; Independência; Brasil.

EMPRESS LEOPOLDINA: AN ANALYSIS OF HER POLITICAL ACTION

Abstract: This article pretends to study the trajectory of Empress Leopoldina of Brazil (1797- 1826), through the letters written by her in her short life. We pretend to analyze her origins, her political positions and her maturity, since her arrival in Brazil until her early death. Our objective is to emphasize the importance of her actions during the process that led Brazil to political emancipation, and the beginning of an independent Empire.

Keyword: Empress Leopoldina; Letters; Independence; Brazil.

Introdução

Carolina Josefa Leopoldina Francisca Fernanda de Habsburgo-Lorena nasceu em 22 de janeiro de 1797, em Viena. Esposa submissa, cristã devota, mãe dedicada e princesa leal aos princípios de sua criação e de sua pátria, a Imperatriz Leopoldina desempenhou, em pequena e grande escalas, um papel crucial na história do Brasil, como é dito por Angel Bojadsen:

O imaginário coletivo brasileiro esquece amiúde que o Brasil já teve uma família imperial, e, portanto, uma imperatriz, o que constitui indubitavelmente um fato marcante de nossa história. Uma imperatriz

¹ Graduada pela História pela UFF. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9221122431778922>. E-mail: fefelizardo@id.uff.br.

² Graduada pela História pela UFF. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5311556115290006>. E-mail: rafaelafranca@id.uff.br.

estrangeira, que veio ao Brasil por obra e ofício de um casamento arranjado entre famílias reais, sofreu um delicado processo de adaptação, teve um casamento atribulado e penoso, foi mãe do futuro imperador D. Pedro II, participou mais diretamente do que em geral admitido do processo de independência do país e de todo seu corolário de costuras políticas entre as casas reais europeias, e que faleceu amargurada e desgostosa aos 29 anos, deixando seis filhos. (2006, p.7).

A principal fonte usada neste presente trabalho são as cartas trocadas entre Leopoldina e pessoas como seu pai, o imperador da Áustria, Francisco I, sua irmã, Maria Luísa, sua tia, Maria Amélia, seu esposo, D. Pedro, José Bonifácio, Marquês de Marialva, entre outros. Traduzidas e organizadas por Kanin e Lima (2006). Essas cartas foram cruciais para que se soubéssemos detalhes de sua infância até sua morte prematura. Torna-se um rico e importante acervo, pois é possível encontrar nelas as mudanças graduais em sua personalidade e sua participação política na construção do Império brasileiro.

Além de aprender muito com o que foi dito nas cartas, é possível extrair delas muito do que não foi dito: Os segredos e as intrigas políticas que não poderiam ser tão facilmente expostos em correspondências e as cartas recebidas por Leopoldina, perdidas em sua grande maioria, deixaram espaço para interpretações e narrativas sobre a imperatriz que atraíram nossa atenção e nosso desejo de produzir um trabalho focado na rica coleção de fontes primárias deixadas por Leopoldina como parte de seu legado. Assim sendo, nosso objetivo aqui é ressaltar a importância que a primeira esposa de D. Pedro I teve na História do Brasil, principalmente no processo de emancipação política, mas também seu protagonismo na formação de alianças entre dinastias no período pós-Napoleão.

Em 2022, completa o bicentenário da Independência brasileira, por conta disso, escrevemos esse artigo para contribuir com a historiografia que visa abordar as participações femininas na Independência, principalmente a de Leopoldina, uma mulher que atuou ao lado de D. Pedro I e, na história

tradicional, pouco é mencionado seu papel histórico e sua participação nos trâmites para consolidar a emancipação.

Infância e Juventude

Em primeiro lugar, para entender o conteúdo das cartas de Leopoldina, é preciso também conhecê-la melhor: Leopoldina foi a quinta filha das doze crianças que foram frutos do matrimônio entre Francisco I da Áustria e sua segunda esposa, Maria Teresa da Sicília. Leopoldina era muito bem educada, uma criança obediente e cheia de vida. Segundo Carlos H. Oberacker Jr. (1973, p.20), Leopoldina e seus irmãos, desde muito jovens, foram educados para que sempre estivessem cientes de que seus deveres estavam para com o Estado.

A imperatriz nasceu e viveu toda a sua infância e maior parte de sua juventude no meio do turbilhão causado pelas investidas de Napoleão na Europa e sua vida foi marcada por isso. Como descreve Oberacker (1973, p.25), ainda criança, em 1806, Leopoldina perdeu sua mãe, cuja saúde delicada se agravou durante uma das fugas causadas pelo exército francês. Em 1810, perdeu também sua irmã favorita Maria Luísa. Mas não foi para morte e sim para o matrimônio. Ameaçado pelas forças francesas, Francisco I não teve escolha senão a de entregar sua primogênita em casamento a Napoleão quando isso lhe fora exigido.

Desolada pela partida de Maria Luísa, Leopoldina se consolou com sua madrasta Maria Ludovica e que veio a falecer em 1816. Como indica Bettina Kann (2006, p.63), após a morte da madrasta, Leopoldina se voltou para Maria Luísa que, mesmo de longe, exerceu o papel de irmã, conselheira e mãe substituta. Leopoldina manteve com esta irmã, pelo resto de sua vida, uma correspondência assídua, íntima e carinhosa. As cartas de sua juventude possuem um tom despreocupado e juvenil que logo se perdeu após sua chegada ao Brasil e ao longo de seu casamento com D. Pedro I. Tal como afirma Angel Bojadsen (2006, p.63), iniciar-se-á uma escrita

mais objetiva e muito mais condizente com o estatuto imperial que irá ganhar pós-1822.

Os primeiros aspectos que observamos ao lermos as cartas de Leopoldina foram a forma como ela iniciava e terminava suas cartas e seu comportamento quando escrevia para cada destinatário. Ela possuía uma postura diferente, por exemplo, ao falar com o pai e com a irmã mais velha, Maria Luísa. Nas cartas direcionadas ao primeiro, Leopoldina sempre tendia a usar um tom mais formal, tentando demonstrar, principalmente, obediência, submissão e respeito, além de seu carinho e devoção. Para iniciar essas correspondências, ela constantemente escrevia “Amado papai” (27.09.1816) e finalizava geralmente dessa forma “Beijo-lhe as mãos inúmeras vezes, querido papai, e permaneço com profundíssimo respeito, amado papai; sua filha mui obediente; Leopoldina” (27.09.1816). O conteúdo das cartas destinadas a ele, muitas vezes, era sobre política e/ou informações sobre a princesa: suas viagens, rotina e estado de saúde de sua família, seja austríaca ou, futuramente, a portuguesa.

Para Maria Luísa, a dinâmica mudava, Leopoldina enxergava a irmã como sua melhor amiga e fiel confidente, por isso suas correspondências possuíam uma escrita mais informal do que as destinadas a seu pai. Leopoldina sempre tentava demonstrar o seu amor à irmã, repetindo inúmeras vezes quanto a amava. Observamos isso nos seguintes trechos: “Espero, minha boa velha irmã, que me escreva novamente esta semana e assim faças feliz esta irmã que te ama profundamente [...]” (27.09.1816); “[...] além disso tem certeza de que meu coração está e sempre estará aberto a ti e que ficarás sabendo nos mínimos detalhes de tudo aquilo que me acontecer.” (21.10.1816). Iniciava suas cartas direcionadas a irmã da seguinte forma: “Amada, querida Luísa” e finalizava geralmente assim: “Adeus, abraço-te cem mil vezes e permaneço sempre com fervoríssimo amor fraternal e amizade; tua irmã que te ama ternamente [...]” (21.10.1816).

Assim, observamos que ela tem um laço muito íntimo com Maria Luísa, certo respeito e obediência ao pai e que toda sua infância e parte da juventude foram marcadas, como mencionado anteriormente, pelas ações de Napoleão. Este último será crucial para entendermos como se deu o casamento entre a arquiduquesa Leopoldina e o príncipe herdeiro de Portugal, D. Pedro. Como afirmam István Jancsó e André Roberto de A. Machado (2006, p.17), a Casa Bragança, desde sua ascensão ao trono português em 1640, sempre soube manejar de maneira hábil sua política externa para garantir sua estabilidade no poder e, no período pós-derrota de Napoleão, em 1815, isso não poderia ser diferente.

Os autores, mencionados acima, alegam que o principal objetivo dos Bragança, durante o Congresso de Viena, era formar alianças para que diminuíssem a influência inglesa dentro de seu território. Apesar de Portugal ter sido relegado a um segundo plano durante esta reunião, os enviados portugueses se aproximaram rapidamente da diplomacia austríaca, afinal a aliança com a Casa Habsburgo, uma das mais influentes da Europa e a que comandava o jogo da Restauração, serviria para reafirmar o papel político de Portugal no novo arranjo europeu e consolidar sua estratégia de amenizar a interferência inglesa em seu território. Além disso, Áustria via com bons olhos o fortalecimento da monarquia portuguesa, a qual era percebida por eles como um grande instrumento para barrar a opção republicana que se espalhava pela América (2006, p.20).

Leopoldina também tinha completa consciência dos benefícios que a Áustria iria ganhar com esse casamento, pois ela diz o seguinte em uma carta a Maria Luísa: “posso [...] contribuir para o futuro de minha amada pátria, com as oportunidades que surgirão de novos contratos comerciais” (26.11.1816). Segundo Carlos Oberacker Jr. (1973, p.43), estava subentendido que a estadia da família real portuguesa no Brasil seria temporária, o que explica porque uma princesa austríaca foi tão facilmente convencida a ser enviada para o outro lado do Atlântico, longe do continente europeu e de

tudo o que conhecia. Outra justificativa para que concordasse com esse casamento era que, segundo Bettina Kann (2006, p.65), Leopoldina fora criada para sempre obedecer às vontades do pai e às exigências do Estado.

Além disso, ela tinha incorporado o pensamento de que, ao realizar os desejos do pai e cumprir estritamente seus deveres, ela contribuiria para o bem-estar de sua nação e ao mesmo tempo seria feliz, já que sua concepção de felicidade residia no cumprimento de seus deveres para com sua família austríaca e seu futuro esposo. Assim, Leopoldina tende a reafirmar isso constantemente em suas cartas, tanto no período de negociações de seu casamento (1816/1817) quanto em sua estadia no Brasil. Por conta desse mesmo motivo, Leopoldina se engajou na Independência e na construção do Império, isto é, mais por uma obrigação e reflexo de sua criação do que um desejo ou aptidão de fato.

Selecionamos os seguintes trechos de sua carta a Maria Luísa que confirmam essa postura de obediência ao pai: “[...] em resumo, o querido papai então me falou de tal forma que percebi logo que ele preferia o último [D. Pedro] e então fiz o que ele desejava, na firme convicção de que quando cumprimos a vontade de nossos pais seremos felizes em qualquer situação [...]” (24.09.1816); “[...] quanto aos hábitos, mudá-los-ei tanto quanto possível e necessário, pois meu maior empenho será viver para levar alegria e satisfação a meu esposo e meus filhos; nisso consistirá todo meu trabalho e felicidade.” (21.10.1816); “[...] podes ficar certas de que estou feliz, porque tenho a consciência de ter obedecido a meu pai e de talvez ser útil à minha amada pátria;” (7.11.1816).

Além de tentar assegurar uma boa vida para Leopoldina em âmbitos legais, os negociadores da aliança matrimonial trataram de fazê-la se encantar por seu prometido e seu futuro lar o mais rápido possível. Cabe aqui comentar que o Marquês de Marialva, um dos negociantes do casamento, foi responsável pela imagem de toda família Bragança na mente da jovem. Todos foram descritos como pessoas agradáveis, bem

educadas e de boa índole (OBERACKER, 1973, p.57). Isso se reverbera em uma carta a Maria Luísa: “[...] se o retrato chegar e corresponder exatamente à descrição que fizeram dele então ficarei com meu entusiasmo [...]” (14.12.1816). Esse cenário, entretanto, estava longe da realidade e Leopoldina não tardaria a perceber isso.

O casamento

Casaram-se por procuração no dia 13 de maio de 1817, em Viena. Grandes celebrações seguiram-se até que a princesa e sua grande comitiva embarcaram no que seria uma longa, tediosa e sofrida viagem até a América. A chegada veio com alívio para todos os viajantes, mas também foi apenas o início das decepções da jovem noiva. Em pequena escala sua biografia revela, por exemplo, que seus aposentos eram tão pequenos em comparação ao que tinha disponível para si em sua antiga casa que grande parte de sua enorme bagagem se manteve encaixada por anos. Isso foi apenas o começo (OBERACKER Jr., 1973, p.123). Logo Leopoldina percebeu que a família da qual agora fazia parte não era nada como lhe fora descrita. A princesa teve uma péssima impressão de sua sogra, Carlota Joaquina, tanto que diz a Maria Luísa que ela: “[...] se comporta de forma vergonhosa; no que me tange, tenho todo o respeito possível por ela, mas lealdade e consideração são impossíveis [...]” (10.10.1817).

Maria Teresa, primogênita de D. João VI foi uma das únicas com quem Leopoldina desenvolveu laços afetivos. Ela diz o seguinte a seu pai: “acredito encontrar nela uma de minhas boas irmãs, o que me deixa muito feliz” (7.12.1817). O relacionamento delas, entretanto, sofreu com o profundo desagrado de D. Pedro para com sua irmã mais velha. Segundo Carlos H. Oberacker Jr. (1973, p.127), o herdeiro culpava sua irmã pelo seu conturbado relacionamento com o pai alegando que esta usava seu status como filha favorita para colocá-los um contra o outro. Com D. João, Leopoldina

também se deu muito bem. Ela alegou desenvolver por ele um profundo afeto que fora instantaneamente retribuído. Ela diz o seguinte sobre o monarca para Francisco I: "Estou frequentemente com o rei, que amo e prezo como a um pai" (7.12.1817). Seu relacionamento com o sogro também foi prejudicado por seu novo marido e pelo desafeto que este sentia pelo pai (OBERACKER Jr., 1973, p.128).

Com Pedro I, controversa é a melhor palavra que descreve a relação. Nos primeiros momentos tudo correu bem. Segundo Bettina Kann (2006, p.72), os dois sempre cavalgavam e caçavam juntos, e com a leitura de suas cartas desse período, percebemos que eles faziam outras atividades juntos: "Tenho me ocupado muito com a música, pela qual meu esposo é apaixonado" (10.10.1817). Porém, o temperamento explosivo de D. Pedro veio à tona e isso passou a ditar, ao longo dos anos seguintes, a vida da princesa. Coisas pequenas como a forma usada para montar um cavalo a coisas grandes, como a restrição cruel de seus gastos, ausências muito longas e rumores de traições e bastardos rodeavam o relacionamento da princesa com o futuro imperador brasileiro. Na visão tradicional da história brasileira e na grande divulgação para o público, Leopoldina somente é citada como a esposa triste e a qual sofreu diversas agressões do marido. Vemos essa perspectiva na obra de Laurentino Gomes (2015)³, que, apesar de não ser uma obra de historiador, tem um público leitor enorme e tende a passar a imagem de Leopoldina apenas como a esposa depressiva e submissa.

Um ponto interessante nas cartas de Leopoldina sobre D. Pedro é que ela nunca atribuiu o mau comportamento de seu marido a ele mesmo, e sim a fatores externos, tais como as constantes brigas dos pais, a péssima mãe, a

³ Cf. GOMES, Laurentino. 1822: Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil - um país que tinha tudo para dar errado. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2º ed., 2015, 376 p. Como notamos, o autor descreve Leopoldina como uma mulher triste em um título apelativo e desinformativo.

criação precária, as pessoas mal-intencionadas, ou até mesmo seus ataques epiléticos que eram causados, segundo ela, pelo infernal ambiente do Brasil. Podemos observar alguns desses aspectos nos seguintes trechos de suas cartas: “[...] estou convicta de que [...] me ame sinceramente, embora seja (devido a muitas circunstâncias infelizes em sua família) muito reservado e teimoso.” (a Maria Luísa, 18.04.1818); “Seria totalmente feliz se não sofresse frequentemente com as ralhções de meu esposo temperamental e desconfiado; isso me magoa, já que sou sempre tranquila, paciente e condescendente; não acredito que seu coração seja mau, mas provavelmente são calúnias de duas pessoas que me odeiam porque eu ajo corretamente.” (a Francisco I, 19.04.1818).

Outra coisa importante é que Leopoldina tende a reafirmar constantemente a seu pai que, apesar das dificuldades, ela continua agindo como ele a educou: “não sei se tenho um amigo em meu esposo e se sou realmente amada [...] entretanto prossigo no governo da casa, nunca negligenciando meus deveres”. (02.01.1819). Por volta de 1818 e 1819, Leopoldina estava completamente desiludida com o país em que vivia, chegando ao ponto de declarar a Francisco I o seguinte: “[...] Acreditas que o Brasil é um trono dourado, mas é uma canga de ferro, isto sim [...]”. (26.04.1818). Contudo, quando Leopoldina vai escrever a Rodrigo Navarro De Andrade, um português que acompanhou Marquês de Marialva a Viena, ela tende a ocultar sua insatisfação com o local: “[...] presentemente, sou membro de um povo que respeito por sua bravura e caráter nacional” (17.05.1818). Ou seja, a princesa nos mostra em suas cartas que adotava posturas diferentes quando as escrevia a pessoas distintas, isto é, para sua família, ela tende a expressar mais seus sentimentos e insatisfações, porém, para pessoas externas, Leopoldina não deixa de se portar como uma princesa estudada, diplomata e séria, ocultando o desgosto da nação onde está, evitando qualquer impasse diplomático, uma vez que ia totalmente contra a forma como foi criada na Áustria.

Após morar no Brasil por algum tempo, em 1818 Leopoldina faz o seguinte pedido ao pai: “O senhor poderia conseguir, com sua influência sobre Sua Majestade o Rei, que voltemos a Portugal. É extremamente indispensável, o único desejo de meu esposo e por isso também o meu”. (14.05.1818). Este pedido de Leopoldina irá se concretizar no final de 1820, mesmo que não tenha sido da maneira como a princesa planejou. Ao invés de ser por influência de seu pai, foi através de uma revolta de portugueses insulares que se sentiram traídos pela preferência de seu rei pelos trópicos e pela abertura dos portos brasileiros.

Revolução do porto e o começo da sua atuação política

Esse momento da história ficou conhecido como Revolução do Porto. O movimento teve como objetivo restaurar a posição privilegiada de Portugal, perdida com a ida da família real ao Brasil, dentro do Império. Eles convocaram as cortes portuguesas para criar uma constituição para o país, além de ordenarem a volta imediata do rei a Portugal. Esta movimentação rapidamente se espalhou pelo país inteiro, causando grandes tumultos e logo teve repercussões no Brasil. Como destaca Lúcia M. Bastos P. Neves (2009, p.100), apesar do desejo das Cortes não ser a “recolonização” do Brasil, todas as suas exigências foram entendidas pelos brasileiros como uma volta “forçada” para o status de colônia, o que causou muitas brigas entre os dois lados do Atlântico.

Leopoldina não era, de modo algum, uma liberal. A imperatriz estava ciente de que mudanças desse aspecto nunca terminavam bem para pessoas da realeza, tal como ela. Entretanto, o espírito das ideias liberais que se espalhava por Portugal e pelas províncias mais injustiçadas do Brasil não deixou de afetá-la. É possível notar através da biografia escrita por Carlos H. Oberacker Jr. (1973) que, aos poucos, Leopoldina se tornou mais flexível em seus posicionamentos. O trecho a seguir evidencia esse fato:

Dona Leopoldina não continuava, pois, a seguir cegamente os ensinamentos da casa paterna e suas afirmações, constantemente reiteradas nas cartas ao pai, de que sempre seria fiel aos princípios austríacos e os da Casa dos Habsburgos deixam presumir, quanto ao campo político, certa insegurança. [...] Curioso, em todo caso, é averiguar que, após a revolução liberal em Portugal, manifestava ao pai (20/12/20) a sua fidelidade, enquanto que ao Marquês de Marialva exprime sua simpatia pelos planos liberais do conde de Arcos (10/11/21) [...]. Também à irmã Maria Luísa admite certa tendência para as ideias da época. Em carta, datada do começo de 1821, escreve: "Você já deve ter ouvido falar dos sucessos constitucionais verificados nos estados portugueses. Pode bem imaginar que influencia não de ter exercido sobre meu ânimo, apesar de eu não pensar contra eles..." Declara aqui francamente não se opor às ideias novas; temia, todavia, e com certa razão, as consequências da revolução liberal, cujos objetivos finais não se podia prever. Reconhece que a revolução liberal de Portugal não era resultado de pura demagogia [...] mas sim "da rotina antiga dos negócios que, infelizmente, nos precipitou nesta miséria" (a Marialva, 27/11/21). (1973, p. 196)

Dessa forma, podemos perceber que Leopoldina era a favor de algumas mudanças para que a monarquia continuasse existindo. Segundo Andréa Slemian (2006, p.85), assim como muitos homens de Estado, a princesa também estava atenta para a necessidade de alguma novidade política em prol da garantia da ordem. Por isso, ela entendia que a monarquia só iria continuar funcionando se houvesse algumas mudanças políticas, mas estas não deveriam ser "totalmente liberais". Era necessário, na sua visão, adotar cautelosamente alguns desses novos princípios para o benefício da Casa Bragança. Dessa maneira, Slemian afirma que esta posição de Leopoldina não deve ser vista como contraditória, e sim fruto de uma pessoa que conhecia de perto as ações operadas no plano do Estado e sabia lidar racionalmente com elas.

Por causa dessa posição, Leopoldina e Pedro começaram a divergir politicamente. Nas suas próprias palavras: "Infelizmente, o feio fantasma do espírito de liberdade se apossou por completo da alma de meu esposo." (a Francisco I, 20.12.1820). O príncipe português tinha aglutinado totalmente os princípios da Revolução do Porto, entretanto, seu pai, D. João VI, ainda acreditava no que Leopoldina chamou de "nobres e autênticos princípios",

ou seja, aqueles que garantiam a soberania do monarca. Assim, toda essa conjuntura gerou um conflito interno em Leopoldina, pois ela não sabia mais como agir: ou obedecia a seu marido e coadunava com os “novos princípios” ou permanecia fiel aos seus e, concomitantemente, aos do rei: “Queria tanto unir ambos e obedecer estritamente, porém me vejo forçada a sacrificar um dos dois quando chegar a delegação de Lisboa.” (a Francisco I, 20.12.1820)

D. João VI demorou para tomar uma decisão diante da situação agravada pela revolução do Porto, uma vez que admira o Brasil e não queria deixá-lo e ceder à pressão das outras potências e voltando a estar sob os comandos poucos flexíveis da Grã-Bretanha. Sabia, entretanto, que precisava resolver o impasse português. Entre as atitudes pensadas, estava a de mandar apenas Pedro para Portugal, porém foi descartada, aos poucos, com a interferência de Leopoldina, então gestante. Decidiu-se, por fim, pelo retorno da família real para Portugal e pela permanência do príncipe herdeiro no Brasil como regente (OBERACKER Jr., 1973; NEVES, 2009).

Foi uma decisão que decepcionou a princesa já que, após o nascimento de sua terceira criança, desejava retornar para a Europa. Ela comenta sua opinião sobre essa questão com sua irmã Maria Luísa: “[...] dizem que permanecemos no Rio por política; parece-me, porém, face ao atual espírito do povo, uma medida arriscadíssima;” (24.05.1821). Em nossa visão, ela entende como arriscada, pois naquele momento estavam acontecendo muitas brigas entre portugueses e brasileiros, ela temia que algum grupo revoltoso pudesse atacar Pedro, ela e seus filhos, colocando, assim, em risco a continuidade da dinastia Bragança e a monarquia tanto na América quanto em Portugal.

Apesar de o rei ter ido para Portugal, o turbilhão da Revolução do Porto não tinha cessado nos dois lados do Atlântico. Leopoldina relata o seguinte:

[...] os verdadeiros brasileiros são cabeças boas e tranquilas, as tropas portuguesas estão animadas pelo pior espírito e meu esposo, infelizmente, ama os novos princípios e não dá exemplo de firmeza como seria preciso, pois atemorizar é o único meio de pôr termo à rebelião; receio que tome consciência tarde demais, com seu próprio prejuízo, e só posso ver um futuro negro. (a Francisco I, 9.06.1821)

Vemos aqui uma Leopoldina mais determinada, se queixando com seu pai pelo fato do marido não ter a postura certa em relação a esse turbilhão. Para Leopoldina, somente uma “mão de ferro” traria a calma de volta ao reino. Sem isso, eles acabariam mergulhando em tempos sombrios, em que o futuro da monarquia e da ordem estaria em sério perigo. Com Pedro totalmente mergulhado nesse “espírito liberal”, ela só conseguia ver um futuro incerto para a nação.

Por ter essa opinião totalmente contrária à de Pedro e aos demais membros do Estado, Leopoldina passou a ser alvo de calúnias. Ela reclama em suas cartas pelo fato de estar sendo mal interpretada. Como ela emite suas opiniões sobre esse assunto pelas cartas, temos a confirmação de que ela sofria com espionagens: algumas de suas correspondências eram violadas e seu conteúdo lido. Leopoldina parecia ter total consciência disso, tanto que a partir desse período, e principalmente no contexto pós Independência (como veremos mais adiante), ela constantemente avisava a seu destinatário que aquela pessoa que estava levando suas cartas era confiável ou dizendo que alguns assuntos eram melhor serem ditos pessoalmente e por uma pessoa de sua confiança. Lemos o seguinte trecho que explicita essa questão:

O Barão Eschwege já deve ter-lhe contado tudo pessoalmente, pois eu acho essa via mais prudente, nas condições atuais. [...] infelizmente estou sendo mal interpretada, o que me magoa muito, já que tenho bons e autênticos desejos para o bem do Brasil, mas as almas liberais mesquinhas estão todas contra mim e agora estou sendo muito cautelosa, não expressando minhas opiniões. (a Francisco I, 8.07.1821)

Foi nesse cenário de desconfiança que se iniciou a regência de D. Pedro I. D. Leopoldina não estava satisfeita com sua permanência em terras

americanas, mas se conformou e se consolou com o fato de que, supostamente, em alguns anos, viajaria de volta para a Europa. Deste modo, o casal se adaptou a sua nova posição no comando do Reino do Brasil (SLEMIAN, 2006, p.101).

A regência de d.pedro e de leopoldina

Leopoldina foi descrita por Carlos H. Oberacker (1973, p.214) como a primeira pessoa de *intelecto avançado* a ter grande influência na vida de D. Pedro I. Desse modo, afirmamos que ela tornou-se uma peça importante na disputa política que se iniciou após a partida da família real para Portugal. Sua opinião era importante e, segundo o autor, a princesa era frequentemente consultada pelo seu marido ao longo de tomadas de decisões.

Com o passar dos meses, as certezas da futura imperatriz foram se modificando no que se refere a sua opinião quanto ao Brasil. Não é possível identificar, em suas cartas, quando ocorreu a mudança em sua mentalidade. Um dos motivos que pensamos trata-se do perigo iminente da comunicação por correspondência que perseguia Leopoldina desde sua chegada ao Brasil, pois, como ela mesma dizia, suas cartas eram violadas e lidas por terceiros. Desse modo, não é possível saber o que Leopoldina discutia no Brasil momentos antes do “Dia do Fico” e da independência.

É interessante notar que Carlos Oberacker (1973, p.217-40), com sua escrita tradicional e um tanto mais floreada, aponta como foco de sua mudança a morte do terceiro filho e herdeiro dos Bragança pouco tempo depois de declarado o “Dia do Fico” em 9 de janeiro de 1822. Já a historiografia atual menciona como seu principal motivo o fato das ideias liberais estarem muito disseminadas em Portugal (NEVES, 2009). Em suas cartas, observamos o seguinte pensamento: como o rei havia se tornado refém da assembleia e, não conseguindo agir de maneira a colaborar na mesma intensidade no lado contrário aos ideais monárquicos nos quais fora

criada, a princesa nota que a permanência de sua família no Brasil e sua independência de Portugal seriam as únicas maneiras de manter a monarquia em seu pleno funcionamento. Desta maneira, Leopoldina caminha em direção aos eventos que a marcaram como *Paladina* da Independência.

Dessa forma, a partir de agosto de 1822, vemos Leopoldina agir de acordo com seus preceitos e já vendo a impossibilidade do Brasil continuar os laços com Portugal. Nesse mesmo período, a princesa assume o comando do governo enquanto seu marido viaja para São Paulo para apaziguar alguns conflitos por lá. Ela lamenta essa decisão com sua tia, Maria Amélia, mas entende aquele “sacrifício”, pois apesar de não “gostar” de estar ativamente no meio político, seu papel de esposa e princesa demanda que faça tudo que seu marido mandar e também tudo pelo bem do Brasil: “[...] meu adorado esposo partiu para São Paulo e neste momento estou encarregada de todos os afazeres, que é o maior sacrifício que posso lhe fazer e ao Brasil.” (8.8.1822). Desse modo, mais uma vez é ressaltada como ela interpreta sua posição política, ou seja, como um dever a ser feito, uma obrigação como esposa e pela criação na Áustria.

Enquanto regente de Pedro, Leopoldina se aproximou cada vez mais de José Bonifácio e, juntos, eles tentaram tomar o controle da situação até a volta do príncipe. Em uma de suas cartas a Bonifácio, vemos Leopoldina aconselhando o ministro sobre representantes do governo que irão ser mandados para outras áreas do território para apaziguar os conflitos: “Acho meu dever [...] dizer-lhe que o Governador que vai para Santa Catarina não é capaz; [...] aqui foi muito falador das Cortes de Lisboa; vejo que se há de fazer [...] melhor tardar com a ida de tal sujeitinho até a vinda de meu adorado esposo.” [entre janeiro e agosto de 1822?]⁴. Também vemos a

⁴ No livro “Cartas de uma imperatriz” (2006), onde essa e outras cartas foram retiradas, os organizadores nos contam que as correspondências a Bonifácio não foram datadas e por conta disso, colocaram uma estimativa de quando estas foram escritas.

princesa relatar que seu marido está “mais disposto” aos brasileiros, mas não da forma como ela queria, ou seja, ainda tinha resquícios de querer a continuação dos laços com Portugal e manter os dois reinos sob uma só Coroa.

Nesse período, temos também as cartas que ela mandou para Pedro, e elas constituem, em nossa opinião, a maior preciosidade desse trabalho, pois vemos nelas a dinâmica dos dois e também os movimentos que antecederam o 7 de Setembro. As correspondências direcionadas a ele possuem um comportamento diferente.

Angel Bojadsen (2006, p.83) nos aponta que, para seu pai, Leopoldina tem uma escrita mais formal, respeitosa e submissa. Com Pedro, aos poucos se evidencia sua irritação cotidiana crescente e ela se dá permissões para “brigar” com ele por não colocar datas em suas cartas (10.4.1822) ou por não respondê-la por muito tempo e não lhe dar orientações necessárias para que ela agisse de acordo com seus desejos governamentais. Também vemos uma Leopoldina pedindo que seu marido tenha mais determinação e volte logo ao Rio de Janeiro.

Podemos observar essas peculiaridades nos seguintes trechos a seguir: “Deus, queria que voltasses em breve, meu gênio não é para tudo isto!” (19.8.1822); “tem oito dias que me tescio, e ainda não tenho nenhuma regra sua.” (22.8.1822); “[...] pedindo-lhe que não fique mais ausente que um mês; o José Bonifácio lhe dirá o mesmo; a sua presença é muito precisa sendo São Paulo muito longe para dar prontas.” (28.8.1822). Assim, vemos uma Leopoldina mais determinada que, apesar de um casamento conturbado, ela exige que Pedro cumpra com suas funções como regente no Rio de Janeiro.

Chegando ao final de agosto, as tensões entre Portugal e Brasil começam a aumentar cada vez mais e Leopoldina relata, em suas cartas, a Pedro sobre tropas portuguesas adentrando na Bahia, sobre as Cortes ordenarem a ida imediata do príncipe e como todas essas notícias estão

causando alvoroço e instabilidade no Rio de Janeiro. Seu desespero é tão grande que pede a Bonifácio que escreva a Pedro, pois talvez o príncipe o escute melhor:

[...] não faltei na resposta a recomendar-lhe a sua breve volta, mas ele pode pensar que eu [exagero] o estado das coisas por amizade, amor e ternura, que me fazem não menos vivamente desejar sua volta; por este motivo era bom o José Bonifácio pedir-lhe, na sua carta, o mesmo. [agosto de 1822?]

A independência brasileira

Com a notícia de que as tropas portuguesas estavam chegando ao Rio de Janeiro para levar à força o príncipe e sua família, Leopoldina escreve uma carta a Pedro junto de Bonifácio e outros ministros de Estado, alegando, nas entrelinhas, que a melhor solução era a independência, uma vez que o “pomo” estava “maduro” e era hora de “colhê-lo”:

Pedro, o Brasil está como um vulcão. [...] As cortes portuguesas ordenam vossa partida imediatamente, ameaçam-vos, humilham-vos. O Conselho de Estado aconselha-vos para ficar. Meu coração de mulher e de esposa prevê desgraças se partimos agora para Lisboa. [...] O Brasil será em vossas mãos um grande país. O Brasil vos quer para ser seu monarca. Com vosso apoio ou sem vosso apoio ele fará a sua separação [...]. O pomo está maduro, colhei-o já, senão apodrece. [...] Ouvi o conselho de vosso ministro, se não quiserdes ouvir o de vossa amiga. Pedro, o momento é o mais importante de vossa vida. [...] Tereis o apoio do Brasil inteiro e, contra a vontade do povo brasileiro, os soldados portugueses que aqui estão nada podem fazer. (1973, p.281)⁵

Após receber essa carta, Pedro proclamou o famoso grito do Ipiranga. Carlos Oberacker Jr. (1973, p.284) nos conta que esse momento foi característico de um príncipe impulsivo, pois qualquer outro homem de Estado teria esperado e proclamado a separação do Brasil em algum espaço público de São Paulo, porém Pedro não se aguentou e explodiu de

⁵ Retiramos esse trecho da obra de Oberacker Jr. (1973, p.281), nele não há a datação da carta, o autor comenta que esta correspondência foi esquecida por um longo tempo, assim como todas que vieram do Ipiranga nesse tempo, ela só foi publicada novamente em 1926 pelo Estado de São Paulo, porém ainda foi relegada ao esquecimento. O livro “Cartas de uma imperatriz”, o qual retiramos todas as outras cartas, não contém essa, supomos que seja porque a versão original dessa carta nunca foi encontrada, ela foi transcrita pelos acompanhantes de D. Pedro que presenciaram o 7 de Setembro.

repente após saber pela sua esposa a determinação das Cortes e a resolução de seu Conselho de Estado. Além disso, o biógrafo também aponta que Pedro interpretou essa separação como uma forma de provar às Cortes, as quais insistiam em sua imaturidade.

Com a Independência proclamada, Leopoldina exerceu um papel importante nas negociações para que outras nações apoiassem a separação do Brasil de Portugal. Sua primeira tentativa foi com seu pai, o Imperador da Áustria. Vemos Leopoldina tecendo as palavras certas para convencê-lo a concordar com aquela medida arriscada. Ela inicia sua carta relatando que, até aquele momento, a Independência do Brasil foi mal interpretada: “quero lhe contar tudo, querido papai, e descrever o que até agora infelizmente lhe apresentaram sob uma ótica equivocada, ou por maldade para nos prejudicar, ou por falta de conhecimento [...]” (6.04.1823).

Continuando a carta, ela alega que essa decisão foi inevitável para manter a ordem: “qualquer um que se encontrasse na mesma situação faria o mesmo, aceitar o título de imperador para satisfazer a todos e criar a unidade.” (6.04.1823); A imperatriz afirma que há rumores dizendo que adotarão um governo igual ao português ou das cortes espanholas, porém relata que “é uma mentira grosseira” (6.04.1823). Também expressa que é desejo do país recém-independente manter acordos comerciais com a Áustria e isso seria extremamente vantajoso para ambos.

Ademais, na mesma carta, Leopoldina dita a forma de governo que irão adotar, demonstrando que ainda terão traços absolutistas: “o imperador tem veto absoluto, seus conselheiros e ministros particulares são de sua escolha, sem qualquer protesto nem intromissão”. Demonstra também que querem reforçar a aliança austro-brasileira: “Aqui deseja-se muito que, se Deus não nos presentear com um filho, um de meus primos despose a minha filha.” (6.04.1823). Apesar de ainda se encontrarem numa guerra entre as províncias, principalmente com as do Norte, Leopoldina alega que “Todas as

províncias se unem, animadas pelo mesmo interesse, mesmos anseios." (6.4.1822).

Dito tudo isso, ela deseja que seu pai assuma o papel de verdadeiro amigo e aliado do Brasil, e que se ele aceitasse, faria tanto Pedro como ela muito felizes. Vemos aqui uma Leopoldina usando suas habilidades diplomáticas para ganhar apoio a causa de Pedro. Percebemos também o apagamento de sua colaboração nos textos acadêmicos e escolares sobre o pós 7 de Setembro. Essa participação é citada somente em obras que tratam especificamente do seu papel no evento histórico –como as referências usadas neste artigo–, enquanto em obras mais gerais pouco ou raramente vemos sendo mencionado essa habilidade.

Nem tudo foi positivo para Leopoldina tanto no momento da independência quanto posteriormente. A partir daqui, seu matrimônio com Pedro entrará em suas maiores crises. Na viagem que Pedro fez a São Paulo em 1822, Oberacker (1973, p.280) nos conta que o príncipe conheceu Domitila De Castro, a futura Marquesa de Santos e amante de D. Pedro. Além disso, a situação econômica da princesa passa a decair a ponto de ela implorar dinheiro a seus amigos alemães no Brasil para que pudesse viver minimamente bem. Pedro se recusava a repassar verba para seus gastos, alegando dificuldades financeiras do palácio. Observamos sua decadência no trecho a seguir: "Infelizmente minha situação está cada vez pior. Meu esposo só se interessa por [...] e aos outros pode acontecer o que quiser." (a Flach, entre 1822 e 1823). E também nesse:

[...] foi decido pagar oitocentos contos de réis ao Imperador; eu também quis falar, mas meu esposo - que, ó Deus, não se importa com mulheres - fez-me concordar com sessenta contos de réis [...] esta quantia é para pagar as minhas despesas pessoais, que me custam, rigorosamente calculadas, trinta e quatro contos de réis, isso sem incluir alimentação e vestuário, e centenas de outros gastos. Assim não conseguirei viver decentemente e terei uma vida cheia de

⁶ As autoras que transcreveram as cartas de Leopoldina decidiram colocar esse sinal toda vez que se tornou impossível entender o que a imperatriz havia escrito (BOJADSEN, 2006, p.12).

preocupações; Caro Flach, procure conseguir com os nossos amigos e irmãos que me deem oitenta a cem contos, pois assim não é possível. (a Flach, entre 1822 e 1823).

A partir de 1823, Leopoldina pouco diz sobre política em suas cartas, o que acaba abrindo um buraco em nossa investigação sobre sua atuação. Supomos que o motivo disso seja o crescimento da espionagem em torno dela e a diminuição de sua influência, tanto que declara o seguinte a sua tia: “Teria muitas coisas a contar [...], mas [...] a certeza grande demais de que se abrem todas as cartas me recomenda a maior prudência e um silêncio perfeito sobre tudo que concerne à política [...]” (29.06.1823). A Imperatriz escreve menos nesse período. Quando volta a falar para Maria Luísa, Leopoldina reclama de sua situação na corte: “Embora viva no mais silencioso e solitário recolhimento, infelizmente não posso evitar ouvir e ver muitas coisas que eu, com minha mentalidade e íntegros princípios austríacos, desejaria fossem diferentes.” (30.4.1824).

Nesse meio tempo, Leopoldina faz uma nova amiga: a inglesa Maria Graham, a qual veio ao Brasil para ser a governanta e instrutora de sua primogênita, a princesa Maria da Glória. Mas a estadia da inglesa logo é afetada, segundo Leopoldina, pelas intrigas da Corte, culminando, mais tarde, na demissão de Graham e na completa solidão de Leopoldina, que, agora, estava sem amigos e sentindo-se abandonada e esquecida pelo marido.

Os últimos anos

Sua situação se manteve assim durante seus últimos anos de vida. Ela teve que se despedir da filha, Maria da Glória, que foi mandada para Portugal para ser a nova rainha, após a morte de D. João VI em 1826 e a renúncia de Pedro ao trono português. Dali em diante, a Imperatriz viveria em extrema solidão e agonia, sofrendo, segundo ela, humilhações de seu marido, as quais consistiam nas conhecidas traições e na preferência da companhia de Domitila de Castro do que a de Leopoldina.

Mesmo com o nascimento de seu último filho, o futuro imperador D. Pedro II, em 2 de dezembro de 1825, sua situação não se mostrou favorável em sua visão. Em 1826, após um aborto espontâneo mal sucedido, o qual debilitou ainda mais sua saúde, Leopoldina não resistiu e faleceu aos 26 anos. Mas antes disso, ela pediu a Marquesa de Aguiar para que transcrevesse sua última carta, a qual destinou a Maria Luísa.

Esta correspondência, além de ser a última de Leopoldina, nos oferece finalmente sua opinião sobre a amante de Pedro e possivelmente as agressões que causaram sua morte. Um recente estudo⁷ provou que não foram agressões físicas que matou a imperatriz, entretanto isso não retira a dúvida se Leopoldina sofria de Pedro tanto agressões físicas quanto psicológicas. Lemos o trecho mais importante dessa carta:

Há quase quatro anos, minha adorada mana, como a ti tenho escrito, por amor de um monstro sedutor me vejo reduzida ao estado da maior escravidão e totalmente esquecida pelo meu adorado Pedro. Ultimamente, acabou de dar-me a última prova de seu total esquecimento a meu respeito, maltratando-me na presença daquela mesma que é a causa de todas as minhas desgraças. Muito e muito tinha a dizer-te, mas faltam-me forças para lembrar de tão horroroso atentado que será sem dúvida a causa da minha morte. (8.12.1826).

Supomos que Leopoldina retrata a tentativa de Pedro de trazer a Domitila de Castro para morar no Palácio da Quinta da Boa Vista, em um ato que foi interpretado como ofensivo para Leopoldina. Ademais, em outras cartas da princesa, ela comentava o caráter agressivo e impulsivo de Pedro. Nessa última carta, é possível afirmar o ressentimento de Leopoldina com Pedro e suas traições constantes, talvez, fisicamente, o comportamento do imperador não tenha causado a morte de Leopoldina, porém o desgaste mental que ela sofreu por conta dele pode ser sido um dos principais fatores, tal como é evidente nesse trecho de sua última correspondência.

⁷ A reportagem sobre este estudo estará presente na bibliografia do trabalho.

Assim, concluímos esse artigo, demonstrando como Leopoldina foi importante para consolidar a Independência e o Estado brasileiro, tendo um papel crucial nas negociações tal como nos conselhos para Pedro, uma vez que, apesar do casamento conturbado, ele a ouvia e seguia seus conselhos políticos. Desse modo, podemos afirmar que, no meio político, Leopoldina e Pedro eram uma dupla diplomaticamente positiva, porém, na vida privada, o cenário era diferente devido a traições e supostas agressões. Ademais, evidenciamos que Leopoldina via sua atuação mais como uma obrigação e dever como princesa e esposa. Sua educação moldou sua conduta como negociadora e conselheira. Portanto, D. Leopoldina trata-se de uma personagem muito interessante e suas cartas uma fonte rica e essencial para entender os primeiros anos do Império Brasileiro e a Independência em si.

REFERÊNCIAS

- BOJADSEN, Angel. "Apresentação: O projeto Leopoldina". In: KANN, Betina; LIMA, Patrícia Souza (orgs.). *Cartas de uma imperatriz*. São Paulo: Estação Liberdade, 2006, p. 7-14.
- JANCSÓ, István; MACHADO, André Roberto de A. "Tempos de reforma, tempos de revolução". In: KANN, Betina; LIMA, Patrícia Souza (orgs.). *Cartas de uma imperatriz*. São Paulo: Estação Liberdade, 2006, p. 17-50.
- KANN, Betina. "Apontamentos sobre a infância e juventude de Leopoldina." In: KANN, Betina; LIMA, Patrícia Souza (org.). *Cartas de uma imperatriz*. São Paulo: Estação Liberdade, 2006, p.63-82.
- _____; LIMA, Patrícia Souza (org.). *Cartas de uma imperatriz*. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.
- NEVES, Lúcia M. Bastos P. Neves. "Estado e política na independência". In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil imperial, v. 1 (1808 - 1831)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 95-136.
- OBERACKER, Carlos H. *A imperatriz Leopoldina: sua vida e sua época*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1973.
- REZZUTTI, Paulo. *D. Leopoldina: a história não contada: A mulher que arquitetou a independência do Brasil*. Rio de Janeiro: LEYA, 1º edição, 2017, 464 p.
- SLEMIAN, Andréa. "O paradigma do dever em tempos de revolução: D. Leopoldina e o 'sacrifício de ficar na América'". In: KANN, Betina; LIMA, Patrícia Souza (org.). *Cartas de uma imperatriz*. São Paulo: Estação Liberdade, 2006, p.83-113.
- TAVARES, Ingrid. "Infecção, e não briga, causou aborto e morte de mulher de Dom Pedro I". UOL, São Paulo, 3 de abril de 2013. Ciência e Saúde. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ciencia/ultimas-noticias/redacao/2013/04/03/infeccao->

[causou-o-aborto-e-a-morte-da-primeira-mulher-de-dom-pedro-1.htm](#) Acesso em: 30 de Novembro de 2018.